

A CRISE NO MUNDO DO TRABALHO E O PROCESSO DE MIGRAÇÃO CAMPO/CIDADE/CAMPO

Tânia Paula da SILVA¹

Resumo: Este artigo tem por objetivo articular a crise no mundo do trabalho, impulsionada pela expansão do desenvolvimento societal do capital, ao processo de migração da “classe-que-vive-do-trabalho”, mais necessariamente, analisar o desenho societal dos trabalhadores que estão envolvidos na luta pela terra no Brasil, como forma de (re)inserção na sociedade capitalista e, conseqüentemente, no mundo do trabalho.

Palavras-chave: Mundo do Trabalho; Processo de Migração e Trabalhadores Rurais.

¹ Mestranda em Geografia do curso de Pós-Graduação da Faculdade de Ciências e Tecnologia da UNESP, Campus de Presidente Prudente, membro do NERA – Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária. E-mail: tanggela@bol.com.br

LA CRISIS EN EL MUNDO DE TRABAJO Y EL PROCESO DE MIGRACIÓN CAMPO/CIUDAD/CAMPO

Resumen: Este artículo tiene por objetivo articular la crisis en el mundo de trabajo, estimulada por la expansión del desarrollamento societal del capital em el proceso de migración de la “clase que vive del trabajo”, pero necesariamente, analizar el dibujo societal de los trabajadores que estan involucrados em la lucha por la tierra em el Brasil, como manera de reinserción em la sociedad capitalista y, consecuentemente, em el mundo de trabajo.

Palabras Llave: Mundo del Trabajo; Proceso de Migración y Trabajadores Rurales.

0. Introdução

O trabalho, no modo de produção capitalista, é fator essencial para que o indivíduo esteja integrado a sociedade, logo quem não trabalha é socialmente excluído. Entretanto, o modelo econômico neoliberal¹ e a reestruturação produtiva da era da acumulação flexível, dotadas de forte caráter destrutivo, produziu o maior problema que a humanidade vem enfrentando desde os seus primórdios: não consegue garantir trabalho a seus cidadãos. Esse modelo de desenvolvimento econômico, em que o trabalhador está subsumido ao capital, “descarta” do mundo do trabalho uma grande parcela da população brasileira e mundial, gerando assim uma sociedade de excluídos e re-incluídos precariamente².

¹ O neoliberalismo tem sido implantado como modelo político, econômico que fundamenta as práticas e as relações sociais de produção dos países capitalistas, independente do seu grau de desenvolvimento econômico, este modelo econômico tem se tornado base dos discursos das elites capitalistas mundiais em todas as escalas, como modelo econômico capaz de regular as crises capitalistas. Sobre este assunto ver: Antunes (2000).

² Segundo Martins (1997), o que chamamos de exclusão social constitui um conjunto de dificuldades próprias de uma inclusão (ou re-inclusão) precária e estável, pois “A sociedade capitalista desenraiza, exclui, para incluir, inclui de outro modo, segundo suas próprias regras, segundo sua própria lógica. O problema está justamente nesta inclusão” (p. 32). Assim, “exclusão, de fato, sociologicamente, não existe. Ela é, na sociedade capitalista, apenas um momento da dinâmica de um processo mais amplo” (p.26). Daí a substituição (ou o uso simultâneo) do termo inclusão precária.

Dessa forma, neste artigo, buscamos articular a crise no mundo do trabalho, impulsionada pela expansão do desenvolvimento societal do capital, ao processo de migração da “classe-que-vive-do-trabalho”, mais necessariamente, analisar o desenho societal dos trabalhadores que estão envolvidos na luta pela terra no Brasil, como forma de (re)inserção na sociedade capitalista e, conseqüentemente, no mundo do trabalho.

Pois, de acordo com Thomaz Jr. (2001), torna-se urgente a necessidade de reconhecimento da situação social dessa nova e ampla classe trabalhadora, que se encontra além da planta fabril e do plano do sistema salarial, que envolvia os trabalhadores antes proletarizados e que agora entoam fragmentariamente os sentidos e nexos da reforma agrária, somente para exemplificar as (des)intonias internamente a classe trabalhadora.

1. A Crise no Mundo do Trabalho: o desemprego estrutural

O desenvolvimento do modo de produção capitalista passa, historicamente e espacialmente, por uma série de transformações e crises impostas pela necessidade e, por vezes, pelo desejo de se promover alterações na dinâmica de produção e reprodução do capital.

Desse modo, o sistema capitalista, em sua evolução, desde o capitalismo comercial, passando pelo industrial, chegando ao financeiro, provocou profundas alterações no modo de vida, nas relações econômicas e na organização do espaço geográfico. Provocou, também, profundas transformações no mundo do trabalho, afetando diretamente a classe trabalhadora, tanto a urbana como a rural. Por outro

lado, este reordenamento espaço-temporal encontra sentido na busca de dinamismo por parte do capital.

Pode-se afirmar que o mundo do trabalho e a sociedade de modo geral têm-se caracterizado historicamente por uma forma de arrumação espacial específica. Cada época do trabalho implica uma arrumação do espaço que o regula. A técnica é o elemento dinâmico e determinante dessa mudança. Toda vez que o período técnico muda, simultaneamente muda a forma de regulação espacial, e conseqüentemente, o mundo do trabalho. (MOREIRA, 2002 *apud* THOMAZ JR. 2002, p. 27-28).

Assim, as mutações estruturais do sistema capitalista em curso atingem principalmente a questão do mercado de trabalho, o emprego, colocando-o como um dos problemas de maior gravidade para as sociedades contemporâneas, isto porque, segundo Antunes (2000), o desemprego deixou de ser um tema específico de um determinado país e passou a ter um alcance global, principalmente a partir da emergência das graves crises econômicas que afetaram as principais economias capitalistas nas últimas décadas.

A sociedade contemporânea, particularmente nas últimas décadas, presenciou fortes transformações. O neoliberalismo e a reestruturação produtiva da era da acumulação flexível, dotadas de forte caráter destrutivo, têm acarretado, entre tantos aspectos nefastos, um monumental desemprego que atinge a humanidade que trabalha em escala globalizada. Da Inglaterra à Espanha, do México à Argentina, da Rússia a Índia, para não falar do Brasil, quanto mais se avança na competitividade e na “integração mundial”, mas explosivas tornam-se as taxas de precarização, exclusão e desemprego. (ANTUNES, 2000, p. 165).

Por conseguinte, tornou-se comum à interpretação de que a emergência do problema do desemprego em um mundo que se reestruturava

produtivamente e se globalizava decorria dos excessos de regulação do mercado de trabalho e das próprias relações trabalhistas, além das debilidades existentes nos sistemas educacionais de formação e de qualificação profissional da mão-de-obra. A solução para tais problemas foi buscada nas teses e políticas de ajustes estruturais, as quais pretendiam flexibilizar as relações de trabalho como resposta ao grave problema do emprego. Isso significa dizer que a escalada na superação da crise do capital implicou num repasse ao trabalho, leia-se trabalhadores, o ônus do processo.

Entrementes, o panorama atual do desemprego no mundo com suas múltiplas dimensões (desemprego aberto, de longa duração e com efeitos diferenciais sobre os jovens e as mulheres) parece demonstrar que toda a lógica das políticas macroeconômicas não produziu os efeitos esperados, isto porque observa-se um aumento crescente da precarização das relações trabalhistas, precarização esta que é externalizada através da flexibilização e da informalização do mercado de trabalho. Todavia, junto a esta tendência de flexibilização do trabalho, cresce também o número de trabalhadores desempregados, composto pelos operários demitidos e pelos recém chegados ao mercado de trabalho e que não encontram emprego, situação que os obriga a ocuparem-se em atividades classificadas como precárias e de baixa produtividade.

Corroborando nesta análise Thomaz Jr (2001, p.02) destaca que:

[...] a chaga representada pela precarização das relações de trabalho confirma o cenário da crise que marca os anos 1990, especialmente a segunda metade da década, logo que dos 418.000 postos de trabalho criados no ano de 1999, 94% materializaram-se sem carteira assinada, sendo que o Brasil desponta na 3ª colocação no ranking mundial do desemprego, com aproximadamente 8,2 milhões, apenas

superado pela Rússia com nove milhões e pela Índia com 39 milhões de desempregados.

Portanto, esses números só nos confirmam a crise por que passa o mercado de trabalho no Brasil, tanto no campo como na cidade, após o processo de estagnação econômica das últimas décadas. Assim, na atualidade brasileira vê-se cada vez mais acentuado o número de ofertantes de força de trabalho, fato este que não é original, mas, sim, parte de nossa história. Todavia, se a complexidade não está na novidade do fenômeno encontra-se, com certeza, na sua escala, logo que a recessão e o encolhimento dos postos de trabalho é uma ação vivida mundialmente e porque não dizer, vivida e expandida de forma globalizante. Desse modo, como já dissemos anteriormente, o desemprego estrutural não é exclusividade de países em desenvolvimento, como o nosso. Porém, nesses países são muito mais complexos os ajustes econômicos e tecnológicos necessários para reverter, ou pelo menos amenizar a situação, principalmente porque a economia brasileira desloca-se a passos lentos quanto ao seu crescimento econômico, assim sendo, pouco pode se esperar de expansão do mercado de trabalho.

Dessa maneira, este acelerado processo de mudança pela qual passa a sociedade brasileira, em especial, o mercado de trabalho nos anos 1990, resultou não somente num aumento do desemprego e da informalidade, mas também numa deterioração da qualidade de vida e do trabalho. Portanto, segundo Thomaz Jr. (2002), a “classe-que-vive-do-trabalho” está vivendo em condições cada vez mais precarizadas, tendo que se sujeitar a condições cada vez mais incertas, com baixos salários, péssimas condições de trabalho, flexibilização de direitos trabalhistas, extensão da jornada de trabalho, etc, na tentativa de “assegurar” seus empregos. Quando não, ficam “precarosamente incluídos” no processo de exploração do trabalho, sujeitando-se ao subemprego e a informalidade. Sendo que estas últimas tendências (subemprego e informalidade) estão cada vez

mais presentes no mundo do trabalho e, conseqüentemente, na sociedade brasileira.

Ainda nessa direção Antunes (2000) acrescenta que na era da reestruturação produtiva, das flexibilizações e das desregulamentações, a “classe-que-vive-do-trabalho” encontra-se mais fragmentada, mais complexificada e mais heterogeneizada havendo, pois, uma processualidade contraditória e multiforme no interior da classe trabalhadora. Dessa forma, a mesma encontra-se dividida entre qualificados e desqualificados, estáveis e precários, jovens e velhos, homens e mulheres, nacionais e imigrantes, brancos e negros, inseridos e excluídos, sem falar ainda nas divisões que decorrem da inserção diferenciada dos países e de seus trabalhadores na nova divisão internacional do trabalho¹.

Assim, as transformações pela qual passa o mundo do trabalho, com um processo crescente de exploração e integração precária visíveis na diminuição dos postos de trabalho e da remuneração, na desregulamentação das condições de trabalho em relação às normas legais vigentes ou acordadas e a conseqüente regressão dos direitos sociais, bem como na ausência de proteção e expressão sindical, estão cada vez mais presentes. Por outro lado, é esta mesma situação, aparentemente “sem saída”, que nos leva a indagar: como fica a classe trabalhadora neste processo de desenvolvimento societal do capital? Como a classe trabalhadora consegue se manter neste mundo do trabalho tão precarizado? Quais as formas que a classe trabalhadora encontra para se inserir ou re-inserir no processo produtivo e, conseqüentemente, no mundo do trabalho?

A resposta a estas perguntas está relacionada com a organização daqueles que vivem do trabalho, ou seja, com sua reação organizada (luta social) numa confrontação social contra o capital. Isso significa dizer que os trabalhadores têm conseguido se sobressair neste mundo

¹ Segundo Márcio Pochmann (2002), a Divisão Internacional do Trabalho expressa o grau de assimetria geográfica no uso e rendimento da mão-de-obra em distintas fases históricas da evolução da economia mundial.

marcado pela ação e reestruturação do capital mediante o desencadeamento de lutas sociais que tem na criatividade seu ponto máximo. Portanto, tudo indica que o primeiro passo no sentido da resistência já foi dado, logo que mesmo com o enfraquecimento e desintegração dos sindicatos decorrentes do metabolismo societal do capital, os trabalhadores têm conseguido se manter em cena por meio de novos canais de expressão: os Movimentos Sociais. Movimentos que, na sua maioria, contestam e confrontam a lógica destrutiva do capital acenando para um projeto de vida em que a justiça social esteja mais próxima do cidadão comum, neste sentido destaco por seu reconhecido mérito o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Assim, é ainda por meio da luta de classes que a “classe-que-vive-do-trabalho” tem conseguido sobreviver neste mundo que se apresenta cada vez mais complexo e acirrado.

É também para apontar em direção a esta lógica de entendimento que Thomaz Jr. (2002) afirma: “alcançar maior poder de mobilização e organização é condição básica para os trabalhadores conquistarem melhores condições para barganhar com o capital e, ainda, tentar trazer para seu lado e comando o controle e a hegemonia do processo de produção e de trabalho”. (p. 356). [...] No mais, será no transcurso das lutas que se terá o desfecho do novo cenário que se aponta”. (p. 366).

2. A Relação entre Movimento Social e o Processo Migratório Campo/Cidade/Campo

Iniciamos esta parte do texto ressaltando que na atual fase do capitalismo os fatores estruturais que determinam o crescente desemprego intensificaram os fluxos migratórios e seus desdobramentos, quais sejam, um crescente retorno dos trabalhadores ao campo. Portanto, o enfrentamento trabalho *versus* capital tem sofrido um deslocamento espaço-temporal para muito além do chão da

fábrica, mas que, contraditoriamente, é parte da crise mais ampla por que passa o mundo do trabalho.

Dessa forma, incapaz de incrementar a oferta de emprego o capital também se mostra incapaz de sustar o processo de migração ou sequer diminuí-lo, processo migratório que tem sido consequência do capital, mas, também condição para seu questionamento. Acrescenta-se a isso, no caso brasileiro, a aliança terra-capital¹ que gerou e conservou uma das mais brutais concentrações de terra do planeta que, por sua vez, gerou um êxodo rural, na década de 1970, que inverteu completamente a relação campo-cidade e decretou o fechamento das fronteiras agrícolas ao trabalhador rural. Por conseguinte, na atualidade, sem perspectivas de emprego e com sua sobrevivência digna ameaçada, a classe trabalhadora, parte dela expulsa do campo e capitaneada pelas promessas de emprego na cidade, cobra seu tributo enfrentando, décadas depois, o capital pelos flancos, ou seja, tem investido contra o pacto terra-capital e, mais, questionado o modelo de capitalismo implantado no país, qual seja, o capitalismo à brasileira que tem como centro à esdrúxula, porém racional aliança terra-capital.

Por conseguinte, iremos nos ater a esses trabalhadores migrantes, mais especificamente, os trabalhadores que estão envolvidos na luta pela terra no Brasil. Trabalhadores que foram expropriados e proletarizados pelo metabolismo social do capital e que agora tentam se (re)inserir na sociedade e, conseqüentemente, no mundo do trabalho através da luta pela terra.

Desse modo, surgem várias concepções sobre as causas dos processos migratórios, variando de acordo com a abordagem teórica, no entanto, para que se possa, efetivamente, entender o processo migratório é necessário,

¹ Para Martins (1981) a aliança terra-capital se refere à fusão, por meio da compra de terras, da figura do capital produtivo e financeiro (como exemplo notáveis temos a Volkswagen e o Bradesco) e a do proprietário de terras. A respeito ver MARTINS, J. S. "Os camponeses e a política no Brasil". Petrópolis: Vozes, 1981.

entre outros fatores, a sua vinculação com a mobilidade da força de trabalho e, conseqüentemente, com as necessidades de (re)produção do capital. Contudo, se a migração é conseqüência o que os trabalhadores tem ensinado é que ela pode ser também resistência por meio do retorno e enraizamento. Esta dimensão parece ser a novidade pouco explorada.

Assim, entendemos que a migração está vinculada à mobilidade do trabalho, ou seja, a capacidade que todo homem possui enquanto trabalhador (ou mercadoria) de vender sua força de trabalho e se deslocar de acordo com as regras ditadas pelo capital. Sobre isto Gaudemar (1997, p.194) afirma que:

A circulação das forças de trabalho é o momento da submissão do trabalhador às exigências do mercado, aquele em que o trabalhador, à mercê do capital e das crises periódicas, se desloca de uma esfera de atividade para outra; ou por vezes aquele em que sucede o trabalhador ser “sensível” a toda variação da sua força de trabalho e da sua atividade, que lhe deixa antever um melhor salário.

Portanto, abordamos a mobilidade populacional como uma peça do capitalismo, um fenômeno gerado a partir das regras do mercado, assim a mobilidade do trabalho está vinculada à mobilidade do capital. Neste sentido, Carlos Vainer (1996, p.06) citando Marx chama a atenção para uma das facetas mais perversas do capitalismo: a liberdade de ir e vir.

a) numa primeira dimensão (positiva), porque é livre de todo e qualquer tipo de adscrição territorial, o trabalhador pode circular;

b) numa segunda dimensão (negativa), porque não dispõe dos meios para assegurar sua reprodução – isto é, é livre porque despossuído dos meios de subsistência e produção – o trabalhador está obrigado a circular à busca de compradores da única mercadoria de que dispõe, a força de trabalho.

Corroborando nesta análise e explicando o processo de transformação do camponês em proletário, Martins (2002, p. 121) destaca que:

[...] o que faz o capitalismo, ao desenraizar as pessoas, é transformá-las em proprietárias de uma única coisa: a sua força de trabalho. O desenraizamento do camponês não está simplesmente em sua expulsão da terra. É reduzi-lo à única coisa que interessa ao capitalismo, que é a condição de vendedor de força de trabalho. Se alguém vai comprar essa força de trabalho, já é outra história. Mas ele passa a ser um potencial vendedor de força e trabalho, a ser um trabalhador à procura de trabalho.

Dessa maneira, o que a experiência brasileira da migração tem mostrado, em toda a sua diversidade, nestes tempos de “globalização” e de reestruturação produtiva do capital, é que ela está sendo condicionada por uma flexibilização e precarização crescente das relações de trabalho, o que tem significado condições de vida mais difíceis e incertas para os trabalhadores migrantes.

Ainda nessa direção, ao que tudo indica, as condições de inserção econômica dos migrantes podem se tornar ainda mais difíceis num quadro de crises periódicas e de estagnação crescente da economia mundial. Diante dessa afirmativa, nasce para nós a seguinte problematização: como pensar uma inserção econômica dos trabalhadores migrantes e, por conseguinte, uma integração social, política e cultural, num quadro de crescente flexibilidade, mobilidade e incerteza sobre as condições de trabalho? Como pensar essa inserção no momento em que:

[...] a demora para incluir ou reincluir o excluído¹ está ficando cada vez mais longa. [...] O trabalhador que entra num processo demorado e patológico de reinclusão, que pode

¹ De acordo com Martins (2002, p. 122), os excluídos são: “em princípio os camponeses, os trabalhadores rurais, os expulsos da terra. [...] Mas são excluídos também os trabalhadores das fábricas, expulsos pelo robô, pela robotização da economia”.

nem mesmo se concretizar, se degrada como pessoa, porque passa a ser um marginalizado, em termos de mercado, um consumidor marginal, que assim mesmo é essencial à reprodução do capital. Ao mesmo tempo, ele se degrada como ser político, como sujeito da história, porque perde o poder de reivindicação, perde o poder de exigir o cumprimento das leis em relação a ele. A grande perda que a classe trabalhadora no mundo inteiro está sofrendo com essa transformação brutal é a perda ou atenuação dos direitos conquistados durante mais de cem anos de luta social. (MARTINS, 2002, p.122-124).

É, pois, seguindo a lógica desta problematização que situamos a luta pela terra, ou melhor, o trabalho na terra como alternativa que tem se apresentado para esses trabalhadores migrantes que buscam assegurar a sua sobrevivência e dignidade política, logo que os assentamentos rurais (consequência da luta pela terra) têm se constituído na possibilidade de construção da existência, da dignidade e da cidadania para a classe trabalhadora. Dito de outra maneira, o assentamento rural tem se constituído não só como uma forma de sobrevivência, mas, sobretudo, como resistência na luta contra o capital.

Dessa forma, segundo Fernandes (1996), “a luta pela terra é uma ação desenvolvida pelos camponeses¹ para entrar na terra e resistir contra a expropriação”. Assim, a luta pela terra seria um meio pelo qual o trabalhador migrante retornaria a terra da qual foi expropriado durante o processo de modernização da agricultura e, também, após frustrantes experiências no mundo do trabalho. Todavia, esses migrantes que lutam por terra não se constituem somente de trabalhadores que foram expulsos do campo,

¹ O termo camponês foi utilizado segundo o conceito do Prof. Ariovaldo U. de Oliveira (1992). Não sendo objetivo deste trabalho discutir teoricamente as nuances que cercam tal conceito, estamos partindo do pressuposto que Camponês é todo trabalhador que explora uma parcela de terra com a força do trabalho de sua família visando à manutenção desta.

mas também dos trabalhadores excluídos da cidade, que foram expulsos pela “modernização produtiva” das indústrias.

Corroborando com esta análise Thomaz Jr (2001, p.04) destaca que:

Os principais segmentos de trabalhadores que estão à frente do processo de luta pela terra, considerando o leque plural dos movimentos sociais envolvidos, são: os posseiros, os atingidos por barragens, os pescadores artesanais, os índios, os arrendatários, os seringueiros, os ribeirinhos, os pequenos agricultores do MPA (Movimento dos Pequenos Agricultores), os assalariados rurais temporários (especialmente os envolvidos no corte da cana-de-açúcar, nos Estados de Pernambuco, Alagoas e São Paulo), e os desempregados urbanos, etc. É, portanto, uma dinâmica extremamente singular a formação e redefinição de rumos e estruturas dos movimentos sociais e demais instâncias de organização dos trabalhadores inseridos na luta pela terra, até porque, como os latifúndios estão por toda parte, os trabalhadores sem terra, também estão (THOMAZ JR, 2001, p.04)

Neste contexto, a luta pela terra representa um avanço no conflito capital *versus* trabalho já que os Movimentos Sociais, principalmente o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), têm como bandeira de enfrentamento “este modelo excludente e concentracionista de renda, de terra e de capital, adotado na economia brasileira e na agropecuária, que se ancora na cultura latifundista quinhentista e que conta, historicamente, com o beneplácito do Estado” (THOMAZ JR., 2002, p.01). Esses movimentos sociais acreditam que:

“[...] o fato dos camponeses não terem entrado na terra até os dias de hoje é político. É a forma estratégica de como o capital se apropriou e se apropria do território. Portanto, as lutas pela

terra e pela Reforma Agrária¹ são antes de tudo, a luta contra o capital”. (FERNANDES, 1996, p.06).

Assim, os trabalhadores migrantes, organizados pelos Movimentos Sociais, mais especificamente o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) desenvolvem manifestações (acampamentos; ocupações de terra; protestos com ocupações de prédios públicos; etc.) como forma de resistência aos processos de expropriação, de expulsão e de exclusão a que estão submetidos pelo desenvolvimento societal do capital. Todavia, é interessante destacar que essas manifestações não se dão de forma pacífica, logo que:

[...] a violência e a truculência adotadas pelas classes dominantes e pelo próprio Estado sustentam marcas indelévels, tanto no que se refere aos assassinatos, quanto às perseguições e desaparecimentos de trabalhadores [...], dirigentes sindicais e militantes dos diversos movimentos sociais envolvidos na luta pelo acesso à terra e resistências nela (THOMAZ JR., 2002, p. 02).

No entanto, mesmo com todos esses impasses a luta pela terra e pela Reforma Agrária continua atual e dinâmica, pois estes trabalhadores migrantes, sem-terra, acreditam na construção de uma organização em oposição à república dos coronéis, ao latifúndio, a exclusão e a miséria, neste mundo regido pelo capital, logo que continuam engrossando as fileiras dos diversos movimentos sociais no Brasil, principalmente as fileiras do MST. Neste sentido, Thomaz Jr (2001, p.09) afirma que:

¹ Sobre este conceito de Reforma Agrária ver José Gomes da Silva, artigo publicado na Revista Adusp (Associação dos Docentes da USP), em janeiro de 1996.

[...] são os trabalhadores sem terra, organizados principalmente nas fileiras do MST, que fazem reascender através da luta e conquista da posse da terra, o direito ao trabalho e à dignidade roubada, mas também, empunham lampejos de emancipação de classe e de conformação anticapitalista [...].

3. Concluindo...

Diante desta breve análise sobre o desenvolvimento societal do capital e os impactos no mundo do trabalho, impactos esses que geram o desemprego e as migrações, procuramos demonstrar como o capital se impõe e domina o trabalho e, conseqüentemente, o trabalhador. Por outro lado, enfocamos também o lado contraditório dessa sujeição: a resistência por meio da luta pela terra.

Deste modo, verificamos que nas últimas duas décadas do século XX ocorreu uma complexificação no mundo do trabalho, na qual a precarização das relações de trabalho e a perda dos direitos trabalhistas ganhou destaque e gerou um quadro de insegurança laboral, que atinge homens e mulheres. Como conseqüência deste processo, ocorre uma inevitável migração dos trabalhadores em busca de melhores condições de vida e trabalho.

Por conseguinte, a classe-que-vive-do-trabalho encontra nos movimentos sociais e na luta pela terra, uma forma de se inserir na sociedade e no mundo do trabalho em condições mais dignas. Assim, através da luta de classes noutro tempo e espaço eles tentam dar um novo sentido ao trabalho e a suas vidas.

Por fim, neste momento decisivo cabe aos movimentos sociais e as entidades que os apóiam, não só continuarem a fazer o enfrentamento do pacto terra-capital, mas, também a pensar o devir histórico que essa nova configuração vem dando a classe trabalhadora, ou melhor, quais as contribuições e conseqüências dessa aliança entre camponeses e trabalhadores migrantes urbanos.

Referência Bibliográfica

ANTUNES, Ricardo. *Os Sentidos do Trabalho*. 5ª ed. São Paulo: Boitempo, 2002.

_____. *Adeus ao Trabalho?: Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. 7ª ed Revista Ampliada. São Paulo: Cortez; Campinas/SP, Editora da Universidade Estadual de Campinas, 2000.

FERNANDES, Bernardo M. *Brasil: 500 anos de luta pela terra*. 1996. (mimeogr).

GAUDEMAR, J. P. *Mobilidade do Trabalho e Acumulação do Capital*. Lisboa: Editorial Estampa, 1977.

MARTINS, J.S. *A Sociedade Vista do Abismo: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais*. Petrópolis/RJ: Vozes, 2002.

_____. *Exclusão Social e a Nova Desigualdade*. São Paulo: Paulus, 1997.

_____. *Os camponeses e a política no Brasil*. Petrópolis; Vozes, 1981.

OLIVEIRA, Ariovaldo U. *Agricultura Brasileira: desenvolvimento e contradições*. São Paulo: FFLCH/USP, 1992. (mimeo.).

POCHMANN, Márcio. *Economia Global e a Nova Divisão Internacional do Trabalho*. Artigo Disponível no site: <decon.edu.uy/network/panama/POCHMANN.PDF>. Acessado em 22 de Novembro de 2002.

SILVA, José Gomes da. A Reforma Agrária Brasileira no Limiar do Ano 2000. IN: Revista ADUSP. *A Reforma Agrária Necessária*. Associação dos Docentes da USP, Seção Sindical da Andes – SN – Janeiro de 1996 – nº 05.

THOMAZ JUNIOR, A. *Desenho Societal dos Sem Terra no Brasil* (uma contribuição à “Leitura” Geográfica do

Trabalho. *Revista Pegada Eletrônica*, vol. 02, nº. 02, Outubro de 2001.

_____. Desenho societal dos Sem Terra no Brasil, 500 anos depois. *Revista Abra*, Campinas, v.28, n.25, p.31-46, 2001.

_____. *O mundo do trabalho e as transformações territoriais: os limites da leitura geográfica*. Presidente Prudente, 2002. (mimeo.).

_____. *Por trás dos Canaviais os Nós da Cana*. São Paulo: Annablume, 2002b.

_____. *Por uma geografia do trabalho*. Presidente Prudente, 2002. (mimeo.).

Vainer, C.B. A violência como fator migratório: silêncio teórico e evidências históricas. *Revista Travessia*. Maio/ Agosto/ 1996.